

# UNIVERSIDADE DOS AÇORES



**Ariana dos Reis Ramalho**

**A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

**Dissertação apresentada na Universidade dos Açores,  
para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais**

**Orientador: Prof. Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral**

**Ponta Delgada – Outubro de 2014**

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes da minha vida:

Pela inspiração

Pela motivação

Pela compreensão

Pelo apoio incondicional

Aos meus Avós, que mesmo longe sempre estão presentes no meu pensamento.

Aos meus irmãos, que são a luz dos meus olhos.

À minha mãe, que apesar de todas as dificuldades do dia-a-dia, sempre viabilizou os espaços de tempo para que fosse possível dedicar-me ao estudo.

## **Epígrafe**

### **A glória de Servir**

“Impossibilidade de participar pessoalmente nessa feliz iniciativa de fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, venho, desta maneira saudar calorosamente os seus ilustres e activos obreiros, e afirmar mais uma vez o que sempre pensei e disse em letra redonda, que é na língua comum que temos todos, filhos de Europa, da África e da América, o maior património histórico e cultural, e garantia eterna da nossa identidade. Língua nascida numa Pátria exígua territorialmente, mas que ela largou aos cinco continentes, graças ao seu dom expressivo e proteico, que lusitanizou, brasilizou e africanizou terras e almas. Grácil e subtil logo no berço, em breves cantigas de amor ou de maldizer ao cabo de oitocentos anos, não só conserva o viço inicial, como floresce dia a dia em sambas, modinhas, mornas e obras literárias de largo fôlego. Não há ritmo de verso de que não seja capaz, arroubo épico para que não tenha alento, andamento narrativo a que não saiba dar balanço. Fizeram e fazem esse milagre povo anónimo reinol, os marinheiros aventureiros, os bandeirantes, os tropeiros sertanejos, os escravos das senzalas, e génios e talentos que vão de Camões e Gil Vicente a Machado de Assis e Euclides da Cunha, José Craveirinha e Luandino Vieira. Exaltar e promover esse património sagrado é mais um dever imperativo de povos que o destino quis que fossem de irmãos miscigenados e é como membro orgulhoso da nossa família multirracial, e é como garimpeiro nos aluviões do idioma materno, que faço votos para que todos sejamos seus firmes defensores e dignos merecedores da glória de o servir.”

Miguel Torga

(14 de Dezembro de 1993)

## **Glossário de Termos e Abreviaturas**

**ACP** - Africa, Caraíbas e Pacífico

**ALALC** - Aliança Latino-Americana de Comércio Livre

**AP-CPLP** – Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**ASEAN** - Associação das Nações do Sudoeste Asiático

**BRIC** – Brasil, Rússia, Índia e China. As potências emergentes.

**CCP** - Comité de Concertação Permanente

**CEDEAO** - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

**CEEAC** - Comunidade Económica dos Estados da África Central

**CNUCED** - Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento

**COMMONWEALTH** – Comunidade Britânica

**CPLP** - Comunidade de Países de Língua Portuguesa

**ECCAS** – Economic Community of Central African States

**ECOWAS** - Economic Community Of West African States

**EUA** – Estados Unidos da América

**FAO** – Fundo das Nações Unidas para a Agricultura

**IILP** - Instituto Internacional de Língua Portuguesa

**MERCOSUL** - Mercado Comum do Cone Sul

**MPLA**- Movimento Popular de Libertação de Angola

**NATO** - Organização do Tratado de Atlântico Norte

**OEA** - Organização dos Estados Americanos

**OEI** - Organização dos Estados Ibero-americanos

**OIT** - Organização Internacional do Trabalho

**OIM** - Organização Internacional das Migrações

**OMC** - Organização Mundial do Comércio

**ONG** - Organização Não Governamental

**PALOP** - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

**PIB** - Produto Interno Bruto

**PNUD** - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento

**PSC** – Portuguese Speaking Countries

**SADC** - Southern African Development Community

**UA** – União Africana

**UE** - União Europeia

**UEMOA** – União Económica e Monetária da África Ocidental

**UNAIDS** – Programa Comum das Nações Unidas sobre o HIV/ Sida

**UNASUL** - União das Nações Sul-Americanas

**UNCTAD** - Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

**UNITA** - União Nacional para a Independência Total de Angola

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Índice de figuras e tabelas

**Figura 1** – Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo..... p. 35

**Tabela 1** – Blocos Políticos Regionais..... p. 102

**Tabela 2** – Índice de Desenvolvimento Humano..... p. 104

**Tabela 3** - Principais mercados de destino das exportações da CPLP em 2009.....p. 111

## **Índice de Anexos**

<b>Anexo 1</b> - Mapa dos Países de Língua Portuguesa – Países Observadores, Candidatos e Interessados .....	p. 135
<b>Anexo 2</b> – Órgãos da CPLP .....	p. 136
<b>Anexo 3</b> – Principais Documentos Oficiais da CPLP .....	p. 137
<b>Anexo 4</b> – Lista dos Observadores Consultivos da CPLP .....	p. 152
<b>Anexo 5</b> – Acordos firmados no âmbito da CPLP .....	p. 155

# Índice

<b>Glossário de termos e abreviaturas .....</b>	<b>I</b>
<b>Índice de figuras e tabelas .....</b>	<b>III</b>
<b>Índice de anexos .....</b>	<b>IV</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>

## **Capítulo I – CPLP: O Projeto**

1. Da Comunidade luso-brasileira à CPLP ..... p. 17
2. Os idealizadores da CPLP ..... p. 21

## **Capítulo II – A Construção de uma Comunidade**

1. O surgimento e a construção de uma comunidade ..... p. 34
2. O processo da institucionalização da CPLP ..... p. 39
  - 2.1 I Mesa-redonda sobre a CPLP..... p. 44
  - 2.2 II Mesa-redonda sobre a CPLP ..... p. 49
  - 2.3 III Mesa-redonda sobre a CPLP..... p. 54
  - 2.4 IV Mesa-redonda sobre a CPLP..... p. 57
  - 2.5 V Mesa-redonda sobre a CPLP..... p. 61
3. O início da CPLP..... p. 64

## **Capítulo III – CPLP enquanto Organização Internacional**

1. Commonwealth e a Francofonia: modelos ou contrastes? ..... p. 68
2. A CPLP: uma organização internacional ..... p. 71
3. Estrutura político-institucional da CPLP ..... p. 78
4. Dificuldades ..... p. 86

## **Capítulo IV – A CPLP e o seu papel no processo de globalização**

1. A CPLP, a lusofonia e a projecção estratégica ..... p. 96
2. A cooperação económica na CPLP ..... p. 103
3. A CPLP num mundo globalizado ..... p. 112
4. Fórum de cooperação económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa ..... p. 115

**Conclusão..... p. 120**

**Bibliografia..... p. 128**

**Anexos..... p. 138**

## Introdução

Para se desenvolver, plenamente, quer em termos materiais, quer em termos morais, o ser humano carece de um meio ambiente adequado. O desenvolvimento reclama a consciência de valores que se sobrepõem ao «material», ou seja, valores imateriais e naturais como a liberdade, a justiça, a igualdade e o livre arbítrio, fundamentais para que a sua demanda se concretize. Logicamente, a ausência desses mesmos valores, compromete o desenvolvimento de qualquer ser humano. Segundo o economista francês, François Perroux, “o desenvolvimento é a combinação das mudanças mentais e sociais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e duradouramente, o seu produto real.”<sup>1</sup>

Certamente que, em matéria de desenvolvimento humano, económico e político, o Estado desempenha um papel central, na medida em que deve proporcionar estruturas institucionais capazes de o instigar. São requisitos indispensáveis para qualquer país, um empenho continuado na justiça social, sustentada numa economia com fortes responsabilidades sociais. Para tal torna-se necessário garantir um sistema político independente e legítimo que tenha em conta a proteção dos direitos fundamentais das populações, incluindo a satisfação das suas necessidades básicas. De qualquer maneira, sabe-se que existe por parte dos Estados muita incapacidade em dar respostas ao problemas das comunidades humanas instaladas dentro do seu próprio território, sendo que alguns problemas ganham dimensão planetária. Por isso, numa óptica de desenvolvimento económico, científico, tecnológico e cultural, os Estados têm enveredado cada vez mais pela especialização e pela cooperação internacional.

Não obstante, o quadro atual de desenvolvimento humano mundial acabou por entrar numa via sinuosa, encontrando-se mesmo ameaçado. De acordo com as circunstâncias atuais (desemprego, crise de dívida da Europa, endividamento público americano, fragilidade do sistema financeiro, crise económica), vários Estados do mundo ocidental parecem estar mergulhados numa profunda crise e a sustentação de processos de desenvolvimentos está em causa. A economia mundializada significa igualmente crise mundializada, visto que se tem verificado uma enorme dificuldade por

---

<sup>1</sup>) SOUSA, Fernando (Coord.), *Dicionário de relações internacionais*, Afrontamento: CEPESSE, 2ª edição, Porto, 2008, p. 63.

parte dos Estados em controlar uma economia que atua a um nível muito mais vasto – ou seja, para além das suas fronteiras territoriais.

A inquietante crise atual que se alastrou por alguns países ocidentais, e que já se arrasta há alguns anos, parece ser sintomática de uma mudança de paradigma no sistema internacional. O paradigma do eurocentrismo foi substituído pelo paradigma da globalização. A inesgotável capacidade de todos se comunicarem em rede e a ininterrupta difusão de informação criou os traços da denominada comunidade global. Este novo paradigma pretende garantir “o mercado livre, [...] a democracia, os direitos humanos formais, o desenvolvimento sustentável [...] e a paz e a segurança internacional”<sup>2</sup>. Contudo, as suas contradições aparecem expostas quando se observam os novos desafios emergentes da política global - crise financeira, alterações climáticas, mudanças energéticas, segurança internacional, violação dos direitos humanos, pobreza extrema, conflitos e destruição em massa.

As duas guerras mundiais, do século XX – as duas guerras civis europeias, no dizer de Adriano Moreira – ditaram o fim do Euromundo<sup>3</sup>. Cessou o domínio ocidental sobre o resto do mundo e a Europa vê-se privada do lugar de destaque que até então ocupara. O domínio europeu e da sua etnia branca impuseram durante séculos os princípios ocidentais como a única forma de evolução do mundo e, conseqüentemente da evolução humana. Todavia, o Euromundo, entrara em declínio fatídico na sequência das devastadoras guerras mundiais que ameaçaram a destruição do Velho Continente. Procedeu-se a uma descentralização geográfica do governo do mundo pelo Ocidente, verificando-se, ainda, o surgimento de potências extra-europeias que passara a dominar os assuntos internacionais, impondo o início de uma nova era.

Com este desvio de poder, os EUA e a URSS passam a ser os actores políticos a dominar o sistema internacional no período da Guerra Fria, que iniciado em 1947, opôs dois blocos políticos e militares antagónicos, de um lado o bloco ocidental ou

---

<sup>2</sup>) PINTO, José Filipe, *Do império colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa continuidades e descontinuidades*, [s. n.], Covilhã, 2004, p. 20

<sup>3</sup>) Segundo Adriano Moreira, o conceito do Euromundo passa por um “longo período em que a sede do poder político mundial estava na Europa. A história começava e acabava sempre numa das suas capitais. Havia outras gentes e povos, nenhum deles estranho ao desejo ocidental de saber, de relação, de domínio. O Euromundo foi construído segundo duas linhas ideológicas principais: o personalismo e o maquiavelismo. O personalismo, compreendendo os valores mais significativos do Ocidente, foi a sua expressão de unidade; o maquiavelismo, traduzindo a importância dos interesses conjunturais e da força, deu expressão ao pluralismo interior.” In MOREIRA, Adriano, *A Europa em formação: a crise do atlântico*, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 3ª edição, Lisboa, 1987, pp. 45 e 320.

capitalista, liderado pelos EUA, e do outro o bloco de Leste ou comunista, encabeçado pela URSS. Sem que se tivesse verificado um conflito armado direto entre ambos durante todo o período da Guerra Fria, os EUA, no entanto, consagram-se como a única superpotência militar a dominar o sistema internacional após a implosão do império soviético. Estabelece-se, assim, o paradigma da globalização. Esta nova conjuntura internacional traz inquietações no que se refere à busca de novos espaços e novas fronteiras, que não são necessariamente nem étnico-culturais, nem históricos nem as da antiga segurança militar, mas são sobretudo económicas. Verifica-se, assim, a formação de espaços fortemente caracterizados pelas relações económicas estabelecidas entre os membros aderentes.

E para entender este novo paradigma que caracteriza o sistema internacional, na atualidade, será pertinente fazer referência à evolução da comunidade internacional, bem como os principais factos e acontecimentos que a caracterizam. Ressalvando, sobretudo, a competição que se realizou entre os EUA e a URSS nas suas esferas de influência, com o intuito de alcançarem a supremacia mundial.

No dizer de Benjamin Frankel, dois grandes aspetos deram um cariz único ao período da Guerra Fria. “The first was that it was also a competition between two rival social systems, two incompatible views of man and society. The second was the introduction of nuclear weapons. These two elements combined to endow the Cold War with an apocalyptic air and messianic fervor absent from the usual, and more mundane, competition between states for power and influence.”<sup>4</sup>

Deste modo, o mundo ficou dividido entre duas potências dominantes, verificando-se assim uma bipolarização das relações internacionais. Duas potências económicas e militares que se debatiam numa luta ideológica, com o intuito de impor ao mundo aquilo que cada uma entendia ser a melhor ideologia: Capitalismo vs. Socialismo; Liberalismo vs. Totalitarismo; EUA vs. URSS.

No seu discurso inaugural de 20 de Janeiro de 1949, Truman comprometeu-se em orientar o seu país para o objetivo de construir um mundo em que todas as nações e todos os povos fossem livres e capazes de se governarem a si próprios.

A Doutrina de Truman foi acionada quando a Grã-Bretanha, que fornecia ajuda financeira e militar à Grécia e à Turquia, verifica que não tem capacidade para continuar a manter-se no Mediterrâneo Oriental. Arruinada pela Segunda Guerra Mundial, a Grã-

---

<sup>4</sup>) FRANKEL, Benjamin (Ed.), *The cold war: 1945-1991*, Gale Research International Limited, 3 Volume, 1992, London, p. vii.

Bretanha procura diminuir os seus encargos financeiros, modelando as suas pretensões internacionais, e deixando que os EUA assumissem uma vez mais maiores responsabilidades. É nestas condições que o Presidente Truman declara ao Congresso, a 12 de Março de 1947, que os EUA estão dispostos a assumir o lugar dos britânicos na Grécia e na Turquia.

Por seu turno, o Plano Marshall foi sem dúvida a linha da frente no combate ao avanço do socialismo, principalmente, no leste europeu. “The plan, announced by Marshall at a Harvard commencement address in June 1947 and described by Churchill as “the most unsordid act in history”, proposed that European nations, including the Soviet Union and Eastern Europe, receive \$17 billion over a four-year period. (The amount was later reduced to \$13, 5 billion.) The Soviet Union refused the aid and prevented Czechoslovakia and Poland, which had expressed considerable interest in the program, from participating.”<sup>5</sup>

Em resposta ao plano Marshall, a União Soviética lançou o Plano Molotov, que se materializou numa série de acordos bilaterais, entre o Estado soviético e os restantes estados satélites da URSS, prevendo, a longo prazo, ajuda técnica e financeira, e intercâmbio de produtos e matérias-primas. Para a coordenação conjunta da planificação económica, criou-se em 1949 o COMECON, o Conselho de Ajuda Económica Mútua, organização de cooperação económica, científica e técnica fundada pela URSS, Polónia, Checoslováquia, Bulgária e Albânia. Posteriormente, verificou-se a criação das organizações de carácter militar, nomeadamente a NATO, liderada pelos EUA e o Pacto de Varsóvia encabeçada pela URSS.

Estas duas potências interviriam na cena internacional e na gestão de conflitos nas suas zonas de influência, com o intuito de travar ao máximo os avanços do rival. Dois exemplos da intervenção das duas potências em países terceiros foram a guerra da Coreia, em 1950, e a Crise do Suez, em 1956. Contudo, foi com a crise dos mísseis de Cuba, em Outubro de 1962, que os dois países dominantes estiveram mais perto de entrar em confronto direto. Ocorreram uma sucessão de acontecimentos que poderiam ter conduzido a uma guerra nuclear entre as duas potências rivais. Embora, o confronto não se tenha concretizado, o resultado das tensões políticas ocorridas ditou a ruptura de relações políticas diplomáticas entre os EUA e Cuba, por um lado, e assegurou uma

---

<sup>5</sup>) *Ibid.*, p. 58.

longa relação entre Cuba e a União Soviética, por outro, iniciada por acordos comerciais em 1960.

O fim da Guerra Fria, em 1989, viria a ser motivado pela abertura impulsionada pelas políticas de Mikhail Gorbachev, que visavam a modernização da URSS. Mikhail Gorbachev pretendia reformular o comunismo, não substituí-lo. Os programas *glasnot* e *perestroika* (transparência e reestruturação, respetivamente) foram aplicados com vista à reestruturação e modernização da URSS. Porém, acabaram por impulsionar também o declínio soviético e apressou o fim da Guerra Fria. Pouco a pouco, as várias repúblicas soviéticas davam início a uma série de confrontos, enquanto a agitação social com vista à obtenção de maior liberdade levaria à progressiva independência. Gorbachev nunca pretendeu com as suas políticas a extinção da URSS. Tal desfecho acabou, todavia, por ser inevitável. Em Dezembro de 1991 a União Soviética deixou de existir. Com o fim da Guerra Fria, portanto, assiste-se à emergência de um novo sistema internacional, configurado por um quadro de situações que parece encaminhar o mundo no sentido de uma maior multipolaridade. De forma geral, no quadro da evolução das relações internacionais, destaca-se a emergência de novas potências, principalmente de cariz económico, entre elas a China, a Índia, e os chamados “tigres asiáticos”<sup>6</sup>; a contínua tentativa por parte dos EUA de afirmar a sua hegemonia; os avanços e recuos da construção europeia; e a existência de um número de conflitos, na sua maioria, guerras civis que deflagram na América do Sul (Colômbia), África (vários conflitos: Saara Ocidental, Sudão, Uganda, Guiné-Bissau, etc.) e sudeste asiático (Sri Lanka, Nepal e Caxemira).

O final da Guerra Fria foi um dos grandes acontecimentos transformadores do século XX. O sistema internacional ganharia uma nova configuração. Tanto os decisores políticos como os académicos previam uma era de paz e prosperidade, na qual as questões económicas se iriam tornar mais importantes do que as questões políticas. Acreditavam que a democracia, o comércio livre e a confiança mútua seriam suficientes para banir a guerra do globo.

---

<sup>6</sup>) O termo "tigres asiáticos" é usado para designar quatro países e territórios da Ásia: Singapura, Coreia do Sul, Taiwan e Hong Kong. Estes países e territórios apresentam em comum o facto de terem obtido um rápido crescimento económico e desenvolvimento industrial e tecnológico entre as décadas de 1970 e 1990. O termo "tigre" está relacionado com a forma agressiva e rápida que atuaram na economia. [http://www.suapesquisa.com/o\\_que\\_e/tigres\\_asiaticos.htm](http://www.suapesquisa.com/o_que_e/tigres_asiaticos.htm) - (Retirado a 03/04/2014).

É importante demonstrar as três grandes mudanças que ocorreram no sistema internacional. A primeira corresponde a uma mudança de distribuição de poder. Com o desmantelamento da URSS e o fim da Guerra Fria, o sistema internacional passa de bipolar a unipolar. Confirma-se, deste modo, a consolidação da preponderância do poder dos EUA no sistema internacional. Tal como em 1991 os EUA eram a maior potência mundial. Não será abusivo expressar que continuam a ser na atualidade a potência com maior poder no sistema internacional, não existindo nenhum outro Estado capaz de igualar o seu poder, nem mesmo a recente potência económica chinesa.

A segunda mudança no sistema internacional remete-nos para o surgimento de uma nova dinâmica de competição. Anteriormente, a competição mundial impunha-se entre o Leste e o Oeste, isto é, entre as duas superpotências mundiais – EUA e URSS. Contudo, o fim da Guerra Fria veio determinar uma enorme clivagem em termos de competição mundial. De uma competição entre dois grandes blocos ideológicos, há uma transição para uma dinâmica de vários espaços regionais de integração. Nos nossos dias, “assiste-se a um crescente protagonismo dos espaços regionais no desenho das arquitecturas de Segurança e Desenvolvimento e os países procuram a afirmação dos seus interesses nacionais num contexto de multilateralização do relacionamento, aderindo e integrando em simultâneo várias organizações de índole política, cultural, económica e de segurança”<sup>7</sup>. Desde logo, o espaço regional que se tem afirmado em grande pujança é a União Europeia. A seguir à União Europeia, a região com maior importância é a região da Ásia Oriental, com a China como potencial líder regional. Entretanto, vão surgindo outros espaços regionais, nomeadamente, a NAFTA na América do Norte e o Mercosul na América do Sul.

Por último, a terceira grande mudança é de cariz ideológico. A queda do Muro de Berlim, a 9 de Novembro de 1989 assinalou o fim da Guerra Fria e deu início a uma nova era – a chamada era da globalização. O confronto entre duas ideologias antagónicas deu lugar à busca da pacificação e do compromisso. O sistema bipolar e fechado, caracteristicamente maniqueísta numa perspectiva de valores, foi substituído por uma dinâmica política aparentemente aberta e democrática, contudo marcada por incertezas e angústias geradas pelo desaparecimento da relativa previsibilidade que existia durante a Guerra Fria. A multipolaridade vem substituir o antigo mundo bipolar.

---

<sup>7</sup>) LEANDRO, José Eduardo Garcia, “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, *In A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Seminário*, Instituto de Altos Estudos Militares: Atena, [s.l.], 1999, p. 16.

Surtem novos pólos de desenvolvimento que alteram completamente as antigas zonas de influência que se fracionam e se multiplicam. Deste modo, o sistema internacional passa a ser caracterizado “talvez por cinco ou seis grandes potências e uma multiplicidade de estados mais pequenos”<sup>8</sup> onde a ordem terá de emergir muito à semelhança do equilíbrio de interesses nacionais competitivos que vigorou na Europa do século XVIII e XIX.

Segundo a tese do «*Fim da História*», de Francis Fukuyama, após o fim da Guerra Fria emergiu por todo o mundo um consenso geral quanto à legitimidade da democracia liberal, dos Direitos Humanos e da economia de mercado, constatando-se o seu triunfo sobre ideologias rivais. Defendeu que a “democracia liberal poderia constituir o «ponto terminal da evolução ideológica da humanidade e a «forma final de governo humano», e, como tal, constituiria o «fim da história».”<sup>9</sup> O sistema democrático iria proporcionar à humanidade uma sociedade capaz de satisfazer as suas mais profundas aspirações. Por exemplo, Hegel postulava que o «fim da história» seria quando a humanidade alcançasse o estado liberal, enquanto que, para Karl Marx, seria quando esta evoluísse para uma sociedade comunista.

A democracia liberal em comparação com anteriores formas de governo encontrava-se livre de “contradições internas fundamentais”. Ou seja, enquanto as anteriores formas de governo eram caracterizadas por graves imperfeições e irracionalidades, a democracia liberal, por sua vez, encontrava-se comprovadamente livre de tais contradições. O que não significa que o sistema de democracia liberal não tivesse as suas injustiças ou graves problemas sociais. Porém, caso se registassem esses problemas, a imperfeição estaria numa incompleta aplicação dos princípios da liberdade e da igualdade, “em que a democracia moderna se fundamenta, do que defeitos intrínsecos dos próprios princípios.”<sup>10</sup> Embora a democracia liberal não tenha sido implementada numa escala planetária, ficando excluídos principalmente países da América Latina, Europa do Leste, Médio Oriente e Ásia, ela continua a ser uma aspiração política que se espalha por diferentes regiões e culturas do mundo. É possível constatar que, após o fim da Guerra Fria, o derrube das ditaduras militaristas autoritárias ou comunistas totalitárias aumentou significativamente. De entre alguns exemplos, foram extintas as seguintes ditaduras: Anastácio Somoza, na Nicarágua, Erich

---

<sup>8</sup>) KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Gradiva, 1.ª edição, Lisboa, 1996, p. 703.

<sup>9</sup>) FUKUYAMA, Francis, *O fim da história e o último homem*, Gradiva Publicações, 3.ª edição, Lisboa, 2007, p. 13.

<sup>10</sup>) *Ibid.*, p. 13.

Honecker, na Alemanha Oriental, Nicolau Ceausescu na Roménia, General Leopoldo Galtieri na Argentina, General Augusto Pinochet no Chile, General Haji Suharto na Indonésia, Ferdinando Marcos nas ilhas Filipinas, etc.

Portanto, um sistema liberal baseado numa democracia pluralista, num Estado de Direito e numa economia de mercado livre conseguiu produzir níveis de prosperidade material sem precedentes, quer nos países industrializados, quer nos países do empobrecido Terceiro Mundo. Na esfera privada e social, a humanidade anseia por reconhecimento do seu estatuto social e da sua dignidade. “O desejo de reconhecimento e as inerentes emoções de ira, vergonha e orgulho constituem elementos da personalidade humana que são cruciais para a vida política. Segundo Hegel, são eles o motor de todo o processo histórico.”<sup>11</sup>

Numa perspectiva contraditória ao «*fim da história*», Robert Kagan, em *O Regresso da História e o Fim dos Sonhos*, assegura que o mundo não se tinha transformado nos anos que se seguiram ao fim da Guerra Fria. “O mundo democrático moderno queria acreditar que o fim da Guerra Fria não só poria termo a um conflito estratégico e ideológico como também a qualquer conflito estratégico e ideológico.”<sup>12</sup> Contudo, o estado-nação continuou tão forte como sempre, assim como as aspirações nacionalistas, as paixões e a competição entre Estados. Ou seja, o «*regresso da história*» não é mais do que o regresso da luta pelo poder por parte dos Estados. A configuração de poder está a reformular a ordem internacional. Num mundo de uma superpotência e muitas grandes potências, “os interesses e ambições conflitantes das grandes potências estão de novo a produzir alianças e contra-alianças.”<sup>13</sup> Logo, o Sistema Internacional nas próximas décadas será dominado pela competição entre potências. Kagan conclui que, no futuro, a ordem internacional “será moldada por aqueles que tiverem o poder e a vontade colectiva para a configurar.”<sup>14</sup> Resta saber, se as democracias liberais do mundo estarão a altura de tal repto.

Numa linha de pensamento distinta daquelas apresentadas por Fukuyama e Kagan, surgem as inquietações de Samuel Huntington. De acordo com este autor, “a

---

<sup>11</sup>) *Ibid.*, p. 19.

<sup>12</sup>) KAGAN, Robert, *O regresso da história e o fim dos sonhos*, Casa das Letras, 1º edição, Alfragide, 2009, p. 19.

<sup>13</sup>) *Ibid.*, p. 31.

<sup>14</sup>) *Ibid.*, p.155.

política global tornou-se multipolar e multicivilizacional”<sup>15</sup>, no mundo pós-guerra fria. O novo milénio traria consigo novos conflitos sobretudo entre identidades culturais, diferenciando, portanto os tipos de religião professada. Logo, no mundo pós-guerra fria as principais diferenças entre os povos não são de ordem ideológica, política ou económica. São de ordem cultural. Os conflitos intensificar-se-ão entre entidades culturais diferentes.

“Os Estados-nações continuam a ser os principais actores na cena internacional.”<sup>16</sup> Porém, os principais agrupamentos de Estados já não são os blocos existentes durante a Guerra Fria, mas as sete ou oito maiores civilizações mundiais. “Neste novo mundo a política local é a da etnicidade, a política global é a das civilizações. A rivalidade das superpotências é substituída pelo choque das civilizações”<sup>17</sup>, na medida em que, as afinidades e diferenças culturais moldam os interesses e as associações de Estados. E, sendo, os países mais importantes do mundo de civilizações diferentes, o choque entre elas é inevitável num mundo onde a política global está a tornar-se multipolar e civilizacional.

Portanto, a complexa geografia do mundo, e os desafios advenientes da globalização podem ser simplificados e, por ventura, obter daí respostas mais coesas se os Estados se formarem por fronteiras culturais. Desta forma, poderiam dar resposta a dois grandes desafios “contraditórios da actualidade, o da globalização e o do multiculturalismo, este reivindicado pelas populações e grupos culturalmente diferenciados que rejeitam a massificação alienante e anónima provocada pelo fenómeno da globalização.”<sup>18</sup> Os países com afinidades culturais cooperam mais quer ao nível económico quer ao nível político. “As organizações internacionais baseadas em Estados com um substrato cultural comum, como na União Europeia, têm muito mais sucesso do que aquelas que tentam transcender as culturas.”<sup>19</sup>

Importa ressaltar, por último, que a dinâmica regional é a mudança mais significativa imposta pelo fim da Guerra Fria, constatando-se uma clara expansão regional em todos os continentes. O sistema internacional encontra-se, desta forma,

---

<sup>15</sup>) HUNTINGTON, Samuel P., *O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial*, Gradiva Publicações, 4.ª edição, Lisboa, 2009, p. 21.

<sup>16</sup>) *Ibid.*, p. 28.

<sup>17</sup>) *Ibid.*, p. 28 e 29.

<sup>18</sup>) MARCHUETA, Maria Regina; FONTES, José, *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: fundamentos político-diplomáticos*, Centro de Estudos Orientais da Fundação Oriente, 1.ª edição, 2001, Lisboa, p. 20.

<sup>19</sup>) HUNTINGTON, Samuel P., *op. cit.*, p. 29.

abrangido por blocos regionais, ou melhor, por aquilo que se entende por regionalismo supra-estatal. “Região é uma área geográfica de Estados-nação independentes que perseguem valores e objetivos económicos, políticos e sociais compartilhados. A construção regional é um processo complexo já que os Estados respondem a incentivos externos e internos que definem e redefinem os interesses em relação à cooperação regional.”<sup>20</sup>

O nosso objeto de estudo – a CPLP – será integrado e classificado como sendo um “*regionalismo de identidade*”<sup>21</sup>, não podendo ser entendida como uma integração regional, no verdadeiro sentido da palavra, visto que o elemento de agregação não é territorial, dado o facto de os seus Estados-membros estarem repartidos por quatro continentes. Assim, o grande elemento agregador da Organização é um sentimento subjetivo de pertença a uma comunidade aberta, que não pode ser procurada na sua geografia mas nas pessoas que a constituem – os luso-falantes.

Antes de avançar para uma caracterização aprofundada da CPLP, é importante considerar as suas raízes histórico-linguísticas que, consolidando-se, ao longo dos séculos, constituem o elo de ligação entre os seus membros. Procuraremos, assim, apresentar as relações sociais e internacionais que se estabeleceram entre Portugal e as suas antigas colónias. Entender como a imposição do poder imperial português nos territórios coloniais criou os vínculos que, ainda, persistem em relação à antiga Metrópole.

No período correspondido entre o século XV e o século XX, o Oceano Atlântico foi sem dúvida o corredor de passagem mais utilizado pelos povos como forma de estabelecerem contacto com outras civilizações. A preponderância do Atlântico, neste período, determinou grandes fluxos de movimentações, tanto de navios exploradores e mercantis, como de navios de guerra, corsários, etc. A partir de 1498, aquando da descoberta do caminho marítimo para a Índia, por Vasco da Gama, deu-se início ao declínio da importância do Mediterrâneo. Passa assim o Oceano Atlântico a servir as grandes nações europeias. Considerando o “papel privilegiado de Portugal na elaboração deste Atlântico: os portugueses seriam assim os primeiros “domadores” de

---

<sup>20</sup>) <http://gregmichener.com/cenarios/interregionalism-in-international-politics/> - (Retirado a 04-04-2014).

<sup>21</sup>) CASTRO, Paulo Canelas de, “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – para um discurso jurídico sobre a sua identidade e um seu programa de acção”, *In* Aa. Vv. , *Colóquio de direito internacional: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Almedina, Coimbra, 2003, p. 27.

um espaço selvagem, que se transformará depois no espaço da modernidade.”<sup>22</sup> Deste modo, o Atlântico definir-se-á como uma zona de relevo mundial enquanto principal suporte do comércio entre os continentes.

A vertente atlântica confere ao Estado mais periférico da Europa, nos séculos XIV e XV, a oportunidade de se transformar na primeira potência global do mundo. Portugal, por um lado, estava bloqueado por terra por Castela, e, por outro lado, o Mediterrâneo encontrava-se dominado por venezianos, genoveses, catalo-maiorquinos e muçulmanos. Assim sendo, a estratégia passava por aproveitar a janela de oportunidade que era o Oceano Atlântico. É a partir de 1430 que a Coroa portuguesa manifesta um notório interesse pela expansão ultramarina. Em 1434, os portugueses dobram o Cabo Bojador. Seguindo-se as descobertas dos arquipélagos, Porto Santo e Madeira em 1418/1419, primeiras ilhas dos Açores em 1427 e primeiras ilhas de Cabo Verde em 1457. “Os portugueses, graças a Bartolomeu Dias, em 1488, puderam estabelecer enfim a ligação do Atlântico com o Índico, que continuava a ser pensado como um “mar fechado.”<sup>23</sup> Esta foi a navegação mais importante de todo o período de Quatrocentos, quatro anos depois Cristóvão Colombo chega às Antilhas (em 1492).

Na vanguarda das descobertas e da imposição “do modo português de estar no mundo”, Portugal, conheceu três grandes ciclos imperiais - o ciclo das Índias, o ciclo do Brasil e o ciclo das colónias africanas. No dizer de Sousa Lara, “teremos assim que considerar a expansão para norte da África, o primeiro império, ou seja, a navegação, a conquista e o comércio da Índia, o segundo, ou seja, a conquista, colonização e exploração do Brasil, e finalmente o terceiro império, ou seja, a colonização das possessões africanas.”<sup>24</sup>

O ciclo das Índias serviu, sobretudo, para desenvolver o comércio português com outros países do Oriente. Foi, essencialmente, um ciclo de trocas comerciais e que não se baseou na imposição de um verdadeiro poder imperial por parte de Portugal. Através das viagens e expedições asiáticas os portugueses tiveram a oportunidade de construir uma vasta rede de feitorias, entrepostos, novas cidades e fortalezas, acumulando riquezas e difundindo a cultura e a religião pátrias, num esforço de criação de uma unidade civilizacional de cariz portuguesa. Do Índico e Extremo Oriente vieram

---

<sup>22</sup>) HENRIQUES, Isabel Castro, *Os pilares da diferença. relações Portugal-África. Séculos XV-XX*, Caleidoscópio, Centro de História – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004, p. 103.

<sup>23</sup>) *Ibid.*, p. 106.

<sup>24</sup>) LARA, António de Sousa, *Imperialismo, descolonização, subversão e dependência*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2000, p. 27.

especiarias, metais preciosos, porcelanas, sedas e madeiras, entre outros produtos para serem vendidos na Europa.

Já o ciclo brasileiro proporcionaria a Portugal, simultaneamente, entrepostos comerciais importantes ao longo da linha do atlântico e uma colónia principal, gigantesca e abastada, que servia para satisfazer as necessidades económicas (matérias-primas, fontes energéticas e mercado) da nação. Segundo António José Telo, “ O poder de Portugal no sistema internacional entre 1640 e 1807 baseava-se, em larga medida, no Brasil e no monopólio da rota que ligava o grande império americano a Lisboa. Por ela passava de 8% a 10% do comércio atlântico em fins do século XVIII, o que era muito considerável.”<sup>25</sup> África, no período do ciclo do Brasil, só era importante na medida em que fornecia escravos como mão-de-obra para trabalhar nas roças, plantações e minas brasileiras. O ciclo do Brasil não foi só fundamental para a afirmação de Portugal no sistema internacional, mas também relevante para a estruturação e formação do Brasil enquanto nação. Não fosse a presença portuguesa em terras de Vera Cruz, muito provavelmente o Brasil não seria a nação que é hoje e não teria as fronteiras que tem atualmente.

A invasão napoleónica em Portugal, em 1808, viria a conduzir à transferência do poder político de Portugal para o Brasil. A conseqüente fuga de D. João VI e da sua Corte para o Brasil conduzia à queda precipitada do segundo ciclo imperial português. A longo prazo, a queda é acelerada pela abertura dos portos brasileiros ao comércio estrangeiro, que ocorreu logo em 1808. Por sua vez, as políticas desastrosas das Cortes de 1820 empurraram o Brasil para a independência ao exigirem o regresso da Corte a Lisboa e o retorno do Brasil à situação anterior de subordinação a Lisboa. Outros factores também contribuíram, igualmente, para a independência do Brasil, como por exemplo, a independência das colónias espanholas e o incentivo discreto da Inglaterra e dos EUA à independência daquele país. Com esta independência, Portugal perde parte do seu poder, contudo continua a manter as suas possessões em África, um factor que lhe garante algum protagonismo na cena internacional. É na sequência disto que se dá a chamada «corrida a África». “Tal implica a passagem dos impérios informais de meados do século, para impérios formais, com a ocupação efectiva dos territórios e o traçado de linhas de fronteiras artificiais.”<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup>) TELO, António José; GÓMEZ, Hipólito de la Torre, *Portugal e Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos*, Edições Cosmos, Lisboa, 2000, p. 17.

<sup>26</sup>) *Ibid.*, p. 63.

O ciclo do terceiro império português durou de 1825 a 1975. O facto é que, em finais do século XIX, Portugal possui em África um domínio territorial de dois milhões de quilómetros. A colonização significava, tanto para Portugal como para as outras potências europeias, “o desenvolvimento de uma economia de exploração e a submissão da mão-de-obra indígena para o trabalho e imposto”<sup>27</sup>.

O *Ultimatum* britânico, dirigido ao Governo de Lisboa, a 11 de Janeiro de 1890, pretendia forçar a retirada da expedição que, sob o comando de Serpa Pinto, subia o rio Chire, em direção ao lago Niassa. Efetivamente, o *Ultimatum* inglês serviu para consciencializar o país dos limites da política externa dos pequenos países e da necessidade de manter o apoio britânico. Portugal consegue garantir o império, na medida em que a Inglaterra se apercebe de que é mais conveniente ter como vizinho nas fronteiras em África um país pequeno e aliado do que um país forte e potencialmente inimigo (como a Alemanha, a França, a Itália ou Rússia).

No período do Estado Novo, a ideologia imperial ganha um novo rumo. Antes de mais, inicia-se um processo de definição dos quadros jurídicos e institucionais das colónias africanas. A política africana do novo regime afirma-se em 1930, quando Salazar enquanto Ministro das Finanças e das Colónias aprova o *Acto Colonial* – diploma publicado a 8 de Julho do mesmo ano. “O *Acto Colonial* tinha antes de mais um objetivo político preciso: tratava-se de reafirmar de forma solene a soberania portuguesa no ultramar, em documento com valor constitucional, dando-lhe um carácter permanente e irrevogável, numa fase em que se agudizavam as tensões com a Sociedade das Nações sobre a questão do trabalho indígena e em que se falava da «internacionalização» dos territórios coloniais. Daí a expressão enfática do seu artigo 2.º: «É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nelas se compreendam...». Assim se retomava o tema da defesa do império, tão caro às elites políticas portuguesas.”<sup>28</sup>

Salazar usou a base ideológica para criar e consolidar uma mentalidade imperial no povo português. Nos anos trinta, desenvolveu uma ampla campanha com impacto na opinião pública (conferências de Governantes Coloniais, Semanas Coloniais,

---

<sup>27</sup>) ENDERS, Armelle, *História da África Lusófona*, Editorial Inquérito, Mem Martins, 1997, p. 69.

<sup>28</sup>) ALEXANDRE, Valentim, *Velho Brasil novas Áfricas: Portugal e o império (1808-1975)*, Afrontamento, Porto, 2000, p. 188.

publicações diversas, exposições, culminando tudo na visita do Presidente da República aos territórios de África em 1938 e na *Exposição do Mundo Português* de 1940), que visava inculcar na mente dos portugueses a importância do império ultramarino para a sobrevivência da nação portuguesa. De acordo ainda com Valentim Alexandre<sup>29</sup>, o mesmo *Acto Colonial* acabou por mexer com os alicerces do sistema de poderes colonial e, com a ajuda dos diplomas que se lhe seguem três anos mais tarde (nomeadamente a *Carta Orgânica do Império Colonial Português* e a *Reforma Administrativa Ultramarina*), tal sistema sofre de facto uma reestruturação: vê a autonomia de decisão diminuída, até então auferida pelos Altos Comissários, que passam posteriormente a Governadores, para tomar um carácter centralista, passando o Ministro das Colónias a deter o poder de decisão legislativo e executivo. Pela mesma altura, toda esta política de propaganda e publicidade, engendrada pelo governo Salazarista para justificar a existência de províncias ultramarinas portuguesas, vai ter como base um conceito criado pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, o lusotropicalismo. Segundo Freyre, era uma predisposição natural dos portugueses para colonizar de forma mais humana civilizações consideradas inferiores. Portugal foi colonizador sim, mas colonizou de forma diferente dos restantes colonizadores da Europa. Serve de prova a miscigenação resultante entre o colonizador e os colonizados. Por último, reconhecer a aptidão de ele próprio, Portugal, de se tropicalizar.

Contudo, as movimentações independentistas semeadas na Índia e na Indochina Francesa em 1947 começaram a agitar progressivamente o Norte de África. E estes acontecimentos obrigaram Salazar a agir, com vista à salvaguarda do império português. Assim, em 1951, “para prevenir previsíveis ingerências e pressões dos organismos internacionais, Salazar procede, como sabemos, à revisão constitucional, de pendor integrista, que transforma as colónias e o império em «províncias ultramarinas» e em «ultramar português», definindo o «todo português» como uno e pluricontinental.”<sup>30</sup> A manutenção do regime dependia do império colonial, pois este era um escoador natural de mercadorias e, posteriormente, de capitais, bem como uma fonte de matérias-primas e bens alimentares.

Para evitar perder as colónias ultramarinas, o governo salazarista determinou algumas medidas abrangentes que, de seguida, se passa a enumerar. A primeira foi a

---

<sup>29</sup>) *Ibid.*, p. 189.

<sup>30</sup>) ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, In MATTOSO, José, *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, vol. 7, 1994, p. 514.

revisão do Acto Colonial, pelo qual a denominação «colónia» foi substituída pela de «Províncias Ultramarinas». Nestes termos, passa-se a utilizar como designação oficial, o termo usado durante a I República - Império Ultramarino Português - ao invés de Império Colonial Português, como vinha a ser apelidado desde 1936. A segunda medida foi renegociar com os EUA o Acordo sobre a concessão da Base das Lajes no Arquipélago dos Açores. A intenção era que os EUA pudessem manter a base militar aí instalada e, desta forma, Portugal conseguia garantir a sua relevância como membro da OTAN e, convenientemente, obter o apoio político dos EUA quando fosse necessário. Acresce-se a estas medidas outra de cariz pragmático, a valorização económica das colónias, em especial de Angola (a mais rica e importante de todas elas). “Isso foi feito mediante a desregulamentação da economia, para alcançar os objectivos de despertar nos grupos económicos nacionais o interesse pelos investimentos e estimular os emigrantes a trocarem outros destinos em favor de África”<sup>31</sup>. Por último, a quarta medida passou pela aproximação diplomática com o Brasil. Portugal via o Brasil como um país fundamental para a sua estratégia de defesa do território Ultramarino, uma vez que aquele país pertencia à ONU. No entanto, viu a sua primeira tentativa de pedido de entrada, naquela importante organização internacional, ser vetada pela União Soviética. Portugal só viria a ser admitido na ONU em 1955. De facto, o Brasil era uma ex-colónia com grande peso na América Latina e, para além disso, estava integrado no contexto geopolítico do Atlântico Sul. Poderia constituir um canal de obtenção do apoio dos países latino-americanos na luta pela causa portuguesa.

Os governos brasileiros da linha luso-brasileira como os de Gertúlio Vargas, Café Filho e Juscelino Kubitschek de Oliveira, apesar da reacção inicial contra a recusa portuguesa de autodeterminar o ultramar, apoiaram a posição portuguesa, registando-se uma histórica intervenção de Donatello Grieco, em 1957, na 4.<sup>a</sup> Comissão da ONU, onde declarou que o Brasil se orgulhava de ter sido uma colónia portuguesa.

O que sempre sustentou e proporcionou a continuidade da relação luso-brasileira foi a manutenção do conceito que vinha desde 1825, da relação privilegiada entre o Brasil e a sua antiga metrópole. A título de exemplo, a aproximação ao Brasil firmou-se fundamentalmente através de importantes tratados, nomeadamente, o Tratado de Amizade e Consulta de 1953, Convenção Sobre Igualdade de Direitos e Deveres de

---

<sup>31</sup>) GONÇALVES, Williams, “As relações luso-brasileiras nos anos 1950”, In SOUSA, Fernando, SANTOS, Paula & AMORIM, Paulo (Coord.), *As relações Portugal-Brasil no século XX*, Fronteira do Caos e CEPES, Porto, 2010, p. 101.

1971, Acordo Quadro sobre Cooperação de 1991; e Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta de 2000, que revogou os outros três tratados mencionados. Em suma, as relações entre Portugal e o Brasil sofreram algumas vicissitudes, desde que aquela antiga colónia se tornou independente, em 1822. Porém, sempre se verificou uma ligação e um interesse comum numa aproximação política, económica e cultural entre os dois países, surgindo mesmo o ideal da formação de uma Comunidade luso-brasileira. O sonho desta comunidade – inicialmente, apenas luso-brasileira e, mais tarde, alargada aos novos países africanos e a Timor-Leste foi o germinar de todo o processo que culminará na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Isto porque, o património histórico comum aos povos do antigo império português prevaleceu mesmo após a queda do regime em 1974. Não se perdeu nem a língua e nem os valores miscigenados.

Este trabalho procura demonstrar que a CPLP não será seguramente a solução para todos os problemas internos dos seus Estados-membros, mas, no quadro do atual sistema internacional, pode ser um instrumento útil na procura por uma afirmação internacional mais sólida por parte dos seus membros, sendo ainda um projeto perfeitamente compatível com todas as suas integrações regionais. Enquanto projeto comum a oito Estados, deve ser capaz de através da cooperação, da concertação político-diplomática e da afirmação dos interesses dos países membros no contexto internacional, estabelecer canais de comunicação privilegiados entre os povos dos oito países. E sem dúvida que este projeto deve merecer prioridade máxima por parte dos Governos dos seus Estados-membros. É, pois, uma Organização com características únicas, que pretende “representar o reassumir das continuidades e um projecto de futuro face à globalização.”<sup>32</sup>

A CPLP é a concretização de um projecto há muito sonhado, por todos aqueles que têm esperança num futuro melhor para todos os povos da língua portuguesa.

---

<sup>32</sup>) PINTO, José Filipe, *Do império colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: continuidades e descontinuidades*, [s. n.], Covilhã, 2004, p. 341.